DIFERENTES TRAGÉDIAS EM UMA: CRISE CLIMÁTICA, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E A XENOFOBIA NO ACOLHIMENTO A IMIGRANTES EM ABRIGOS EMERGENCIAIS EM PORTO ALEGRE, 2024

DIFFERENT TRAGEDIES IN ONE: CLIMATE CRISIS, RIGHTS VIOLATIONS AND XENOPHOBIA IN THE RECEPTION OF IMMIGRANTS IN EMERGENCY SHELTERS IN PORTO ALEGRE, 2024

Cristiane Feldmann Dutra[1]
Andreia Rodrigues Escobar[2]

RESUMO

pesquisa busca identificar quais direitos foram afetados ou potencialmente infringidos nos espaços de acolhimento em Porto Alegre, considerando o desastre como uma catástrofe socioambiental. Tais respostas, entretanto, revelaram falhas estruturais e omissões que impactaram, de forma mais intensa, populações em situação de vulnerabilidade, com particular ênfase na dupla vulnerabilidade enfrentada por imigrantes e refugiados. A análise parte do entendimento de que a proteção integral de direitos deve ser assegurada em qualquer circunstância. Com base em uma abordagem qualitativa, o estudo fundamenta-se em referenciais teóricos dos direitos humanos, em dados públicos oficiais e em relatórios nacionais sobre o tema. Foram identificadas as principais violações de direitos humanos nesse contexto, incluindo a xenofobia, evidenciando a necessidade de respostas estatais ágeis e eficazes para a garantia dos direitos fundamentais de todos os abrigados. A pesquisa apresenta, por fim, recomendações pautadas na centralidade da dignidade humana, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas e à proteção de direitos em contextos de crise.

Palavras-chave: Abrigos temporários; desastres climáticos; direitos humanos; imigrantes; Porto Alegre.

[1] Doutoranda em Direito (bolsista CAPES-PROSUC), linha de pesquisa Efetividade do Direito na Sociedade, (Universidade LA SALLE. E-mail: cristiane.dutra0828@unilasalle.edu.br
[2] Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Cesuca Centro Universitário. Deia.escobar@hotmail.com

ABSTRACT

The research seeks to identify which rights were affected or potentially violated in shelters in Porto Alegre, considering the disaster as a socio-environmental catastrophe. These responses, however, revealed structural flaws and omissions that most intensely impacted vulnerable populations, with particular emphasis on the dual vulnerability faced by immigrants and refugees. The analysis is based on the understanding that full rights protection must be ensured under any circumstances. Using a qualitative approach, the study is grounded in theoretical frameworks of human rights, official public data, and national reports on the subject. The main human rights violations in this context were identified, including xenophobia, highlighting the need for agile and effective state responses to guarantee the fundamental rights of all sheltered individuals. Finally, the research presents recommendations based on the centrality of human dignity, aimed at improving public policies and protecting rights in crisis contexts..

Keywords ou Palabras clave: Temporary shelters; climate disasters; human rights; immigrants; Porto Alegre.

1 INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul vivenciou, em 2024, uma das mais severas catástrofes climáticas de sua história, enchentes que devastaram cidades e deslocaram milhões de pessoas, expondo a fragilidade dos sistemas de prevenção e resposta a desastres. A intensidade e a abrangência desses eventos, impulsionados pelas mudanças climáticas, comprometeram a infraestrutura urbana e a segurança da população. Esse cenário de agravamento climático tem impactos profundos em contextos urbanos marcados por desigualdades estruturais, como é o caso de Porto Alegre, onde os efeitos foram severos, com cerca de 160.210 pessoas diretamente afetadas (ANA, 2025; COPERNICUS, 2024).

A catástrofe ambiental se converteu em uma crise social e humanitária de grandes proporções. A população mais atingida foi composta majoritariamente por grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica, com 25.065 famílias cadastradas no Cadastro Único. Como resposta emergencial, foram instituídos abrigos emergenciais temporários (ATs), mas a precariedade na gestão desses espaços culminou em uma série de violações de direitos humanos. Tais falhas

incidiram negativamente sobre grupos vulneráveis e marginalizados, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes, povos indígenas e comunidade LGBTQIA+.

O presente artigo busca analisar as violações de direitos humanos ocorridas nos abrigos emergenciais de Porto Alegre durante e após as enchentes de 2024. A pesquisa parte da hipótese de que a ausência de planejamento prévio e a insuficiência das políticas públicas contribuíram para intensificar as vulnerabilidades preexistentes, resultando na violação de direitos fundamentais. Este estudo busca contribuir para o debate sobre os mecanismos de proteção social em tempos de crise, reforçando a urgência de respostas estatais mais eficazes e pautadas na dignidade humana.

2 VULNERABILIDADE, MIGRAÇÃO E O CENÁRIO DO DESASTRE NO RIO GRANDE DO SUL

Para compreender a dimensão das violações de direitos humanos nos abrigos temporários de Porto Alegre, julga-se importante contextualizar a suscetibilidade da cidade a eventos climáticos extremos e esclarecer conceitos como vulnerabilidade social e ambiental, bem como a centralidade dos direitos humanos em situações de crise.

2.1 O Cenário das Enchentes de 2024 em Porto Alegre

Porto Alegre figura entre os municípios brasileiros com maior número de áreas de risco, ocupando o sexto lugar no ranking nacional. Entre os anos de 2014 e 2024, a capital gaúcha foi afetada por 13 desastres naturais relevantes, sobretudo enxurradas, inundações e chuvas intensas. A frequência e intensidade desses eventos evidenciam a carência de políticas públicas de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas (NSA et al., 2025; SGB, 2025).

A crise de maio de 2024, em particular, atingiu proporções inéditas, em que o decreto de estado de calamidade pública, promulgado em 2 de maio de 2024,

oficializou a gravidade da situação observada (PORTO ALEGRE, 2024). O Lago Guaíba, principal corpo hídrico que banha a cidade, alcançou o nível histórico de 5,37 metros, ultrapassando a marca da enchente de 1941 e causando o isolamento de extensas áreas urbanas. Inviabilizando a mobilidade urbana, resultando em desabastecimento de água potável e a interrupção de serviços essenciais, como as atividades no Aeroporto Internacional Salgado Filho, na Estação Rodoviária e na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), agravaram ainda mais o cenário. Diante do bloqueio das vias principais, a cidade ficou praticamente isolada, restando apenas uma saída viável. Em resposta, foi construído um corredor humanitário emergencial, medida que só foi efetivamente implementada após oito dias do início da inundação, retardando o envio de alimentos, medicamentos e o transporte de pacientes (PORTO ALEGRE, 2024; NSA et al., 2025; SGB, 2024).

Além dos impactos materiais e na infraestrutura urbana, a enchente provocou o deslocamento forçado em larga escala da população porto-alegrense. Para enfrentar a situação emergencial, a Prefeitura de Porto Alegre, com auxílio da sociedade civil, estabeleceu 147 abrigos temporários. Esses locais passaram a acolher um contingente populacional marcado por condições de vulnerabilidade acentuada, incluindo 931 crianças, 503 pessoas com deficiência, 1.877 idosos, além de gestantes, puérperas, povos indígenas, comunidades quilombolas e imigrantes.

Para ilustrar o cenário de caos urbano, a Figura 1 retrata a paisagem da capital gaúcha transformada pela força das águas, evidenciando o impacto direto na infraestrutura e na vida da população (AGIM, 2024).

Figura 1 - A Crise Hídrica em Porto Alegre



Fonte: Alass Derivas.

A gestão improvisada desses locais, muitas vezes sem estrutura mínima, comprometeu o acesso a direitos fundamentais como alimentação, saúde, segurança e dignidade. Essa situação revelou um cenário de omissão estrutural do poder público diante de um risco instalado, que pode vir a tornar-se recorrente (AGIM, 2024).

Entretanto, a inexistência de abrigos permanentes e a ausência de espaços previamente definidos para esse tipo de emergência agravaram as fragilidades do acolhimento (CIGH, 2025).

Esse panorama desolador, que alia a precariedade urbana aos efeitos de um desastre ambiental de grandes proporções, evidencia como os impactos recaem de forma desproporcional sobre grupos já vulnerabilizados socialmente. Entre os impactados, estavam cerca de 43 mil refugiados e outras pessoas com necessidade de proteção internacional, incluindo venezuelanos, haitianos e cubanos.

A seguir, a seção 2.2 aprofunda a discussão sobre o impacto da crise climática em grupos historicamente vulneráveis, com ênfase na dupla vulnerabilidade enfrentada por imigrantes e refugiados.

2.2 A Dupla Vulnerabilidade: Imigrantes e a Crise Climática

O conceito de vulnerabilidade refere-se a uma condição estrutural que expõe indivíduos a riscos elevados e a um acesso limitado a recursos. Essa condição é uma construção social que impacta de forma desproporcional grupos historicamente marginalizados, como pessoas de baixa renda, povos indígenas e imigrantes. A tragédia no Rio Grande do Sul trouxe à tona o conceito de "refugiados climáticos", já que muitos refugiados enfrentaram um novo deslocamento forçado após as enchentes. Entre os impactados estavam refugiados e outras pessoas com necessidade de proteção internacional, incluindo venezuelanos, haitianos e cubanos. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) destaca que estes grupos estão entre os mais vulneráveis à crise climática.

A população imigrante e refugiada, em particular, experimentou uma dupla vulnerabilidade. Muitos imigrantes e refugiados residiam em áreas de risco, como o bairro Sarandi, em Porto Alegre, e perderam casas, pertences e documentos, tendo seus meios de subsistência destruídos pelas águas. Considerando que, muitos deles já estavam em processo de reconstrução de suas vidas no Brasil e, com as enchentes, sofreram prejuízos materiais e emocionais significativos, sendo forçados a recomeçar do zero (São. Paulo, 2025; Porto Alegre, 2025).

A crise no Rio Grande do Sul reforça a íntima relação entre a desigualdade socioeconômica e a vulnerabilidade ambiental, u a população imigrante, negra e de baixa renda foi a que mais sofreu com os impactos negativos relacionados a este evento, uma vez que, a população imigrante, negra e de baixa renda foi a que mais sofreu os impactos negativos. A dimensão global do problema é alarmante. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) estima que entre 3,3 e 3,6 bilhões de pessoas no mundo vivem em contextos altamente suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas. Essa realidade exige respostas estruturadas e comprometidas com a equidade, de modo a garantir que os mais afetados recebam proteção adequada e participem da formulação de soluções, esta última sabe-se que mais difícil de acontecer (IPCC, 2023, p. 51).

2.3 Justiça Climática e Cidadania: Os Direitos Humanos Frente às Catástrofes

Os Direitos Humanos são princípios universais que garantem a dignidade, a liberdade e a segurança de todos os indivíduos (ONU, 1948). Em situações de desastre, sua importância se intensifica, pois a preservação da vida e a garantia de condições mínimas de existência dependem diretamente do respeito a esses direitos (ONU, 1948). É fundamental distinguir os Direitos Humanos, que operam no plano internacional, dos Direitos Fundamentais, que são reconhecidos e protegidos pelas Constituições dos países (Silva, 2005). Ambos, contudo, têm como fundamento estando estão alicerçados no princípio da dignidade da pessoa humana. (Sarlet, 2007).

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, estabelece o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo em benefício da atual, bem como, das futuras gerações (Brasil, 1988). Catástrofes climáticas, como as enchentes no Rio Grande do Sul, revelaram a fragilidade desse direito quando não há planejamento urbano, prevenção e ações efetivas do Estado. evidenciam a fragilidade desse direito fundamental e a interconexão indissociável entre a dignidade humana e a questão ambiental (CIGH, 2025).

Validando a partir do observado: perda de vidas, deslocamentos forçados de famílias e o colapso de infraestruturas básicas; que a ausência de um ambiente seguro e próprio para ser habitável compromete a própria existência e o bem-estar da população, especialmente daqueles que já vivem em condições de vulnerabilidade. Refletindo a interconexão indissociável entre a dignidade humana e a questão ambiental (CIGH, 2025).

Nesse cenário, ganha força o conceito de Cidadania Ecológica, pois compreende os direitos ambientais como parte indissociável dos direitos humanos, essenciais para garantir uma vida digna. Esta concepção vai além da simples preservação, incorporando a responsabilidade coletiva na gestão dos bens comuns e na proteção de todas as gerações, principalmente das futuras. Tal entendimento sustenta a discussão sobre o Estado Socioambiental de Direito. Uma vez que, este incorpora os direitos ambientais ao conjunto dos direitos humanos, ou seja, a defesa dos direitos fundamentais à proteção ambiental e climática reconhecendo que a vida digna só é possível quando se garante um ambiente saudável para se viver (Eirnfeld, 1997; Parlaméricas ,2021). Tal perspectiva transcende a ideia de conservação ambiental isolada, propondo uma abordagem interligada entre justiça social, proteção dos bens comuns, coparticipação e responsabilidade intergeracional. Reconhece-se, assim, que a efetivação dos direitos fundamentais passa pela incorporação da sustentabilidade e da justiça climática como fundamentos das políticas públicas (Eirnfeld, 1997; IPCC, 2023).

Nessa lógica, a redução de riscos de desastres deve ser entendida como um direito humano fundamental. Conforme apontado pelo Parlaméricas (2021), o direito

à proteção contra riscos não pode ser desvinculado dos direitos à moradia, à saúde, à alimentação e à segurança. A precariedade dos abrigos temporários, a lentidão na resposta às emergências e a ausência de políticas públicas sustentáveis não representam apenas falhas técnicas, mas sim expressões de uma negligência estrutural que nega a dignidade daqueles que mais precisam de proteção.

A vulnerabilidade historicamente construída, pode ser vista e sentida no momento em que se materializou de forma devastadora em 2024. Onde o evento catastrófico resultou na perda de 184 vidas em todo o estado, além de forçar o deslocamento de mais de 180 mil pessoas de suas casas, impactando severamente a infraestrutura e a economia local (Defesa Civil do Estado/RS, 2024). Essa realidade nos convoca a repensar o papel do Estado e da sociedade na efetivação de políticas públicas que aliem justiça climática, equidade e defesa incondicional dos direitos humanos.

3 ENTRE NORMAS E OMISSÕES: O DIREITO À DIGNIDADE E OS DESAFIOS DOS ABRIGOS TEMPORÁRIOS

A gestão de desastres, ainda que pautada pela urgência das ações emergenciais, não pode desvincular-se do imperativo respeito aos direitos humanos e da rigorosa observância do ordenamento jurídico vigente. Contudo, a experiência nos abrigos temporários de Porto Alegre revelou um substancial disparidade entre as prerrogativas da legislação protetiva e as condições efetivamente vivenciadas pelos desabrigados, inferindo-se que tal descompasso decorre, em grande medida, do despreparo e do ineditismo de uma situação como a vivenciada ao menos na capital.

3.1 A Proteção Jurídica de Grupos Vulneráveis em Situações de Desastre

A proteção integral às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e aos jovens encontra amparo jurídico-normativo em legislações específicas no Brasil. Em que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura direitos como saúde, dignidade, bem-estar e convivência familiar e comunitária a pessoa idosa (60 ou +). O Estatuto da

Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) busca garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. Já o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) estabelece os direitos dos jovens, como o direito à cidadania, à participação social e política, à educação e à saúde. Esses diplomas legais, fundamentados nos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral, deveriam junto a outros regramentos, ter sido pilares na gestão dos abrigos. No entanto, a realidade observada indica que tais dispositivos foram, em grande medida, desconsiderados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, é o documento basilar que rege a dignidade e a igualdade de todos os seres humanos. Seus artigos, embora gerais, estabelecem princípios que deveriam guiar a organização de qualquer espaço de acolhimento, seja em situação de emergência ou não.

É fundamental ressaltar que a proteção de imigrantes e refugiados também é garantida por lei. Pessoas migrantes e refugiadas têm direitos sociais assegurados pela Constituição, pela Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e pela Lei do Refúgio (Lei nº 9.474/97). Tais direitos conferem a eles acesso a serviços públicos básicos em igualdade com os brasileiros, independentemente de sua condição migratória. Dentre esses direitos, destacam-se o acesso à educação, à saúde, à assistência social, à abertura de conta bancária e ao trabalho.

No entanto, a realidade observada nos abrigos temporários de Porto Alegre, em um contexto de desastre, lamentavelmente, revelou uma dissonância marcante em relação a esses preceitos e direitos, conforme será abordado na Seção 3.2.

3.2 A Xenofobia como Violação Central

A migração é um fenômeno crescente no Brasil, que pode gerar diversas situações de vulnerabilidade e violação de direitos. Em contextos de desastre e de abrigagem emergencial, essa vulnerabilidade é intensificada, favorecendo a manifestação de atos discriminatórios. A xenofobia, caracterizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) como atitudes, preconceitos e comportamentos

que rejeitam e diminuem pessoas com base em sua origem estrangeira, emergiu como um grave problema nos abrigos de Porto Alegre (GTMAR/DPU, 2024).

Haitianos e venezuelanos, em particular, denunciaram casos de xenofobia e discriminação nos abrigos que acolhiam as vítimas da catástrofe climática (Agência Brasil, 2025). Já a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) afirma que pelo menos 46 mil refugiados vivem no estado gaúcho, sendo a maioria venezuelanos (29 mil) e haitianos (12 mil), seguidos pelos cubanos (1,3 mil). Estes grupos, que já enfrentavam condições de vulnerabilidade antes das enchentes, tiveram seus direitos novamente violados.

Entre os relatos de tratamento desigual, os imigrantes denunciaram que as refeições servidas para eles eram de pior qualidade, em muitos casos cruas, e que seus pedidos de troca eram ignorados (GTMAR/DPU, 2024). Também foi observado que as roupas em piores condições eram destinadas aos imigrantes e que a distribuição de itens de higiene, como desodorantes e fraldas, não era igualitária (Agência Brasil, 2025). Além disto, situações que ao solicitarem algo, recebiam a resposta de que o item não estava disponível, mas que outros grupos conseguiam obtê-lo (Agência Brasil, 2025). Houve ainda relatos de famílias recebendo apenas uma escova para ser compartilhada e de acesso insuficiente à água (Agência Brasil, 2025). Neste contexto a ACNUR confirmou que os relatos de xenofobia eram fundados e não eram isolados.

Além do tratamento desigual, a xenofobia se manifestou na negação do direito à informação. A barreira linguística e a falta de materiais multilíngues ou de fácil compreensão para quem não é brasileiro agravaram a situação. Para enfrentar o problema, o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (Comirat-RS) desenvolveu uma campanha de conscientização, além de materiais de divulgação em quatro idiomas, com os canais para realização de denúncias a Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância (GTMAR/DPU, 2024).

É crucial ressaltar que a xenofobia é considerada crime no Brasil. A Lei nº 7.716/89, que trata de crimes de discriminação, e o Código Penal, em seu artigo 140,

tipificam a discriminação por nacionalidade, etnia ou procedência nacional, seja na forma de injúria racial ou incitação à xenofobia (GTMAR/DPU, 2024).

Essa prática, além de violar os princípios da dignidade humana e da não discriminação, demonstra a forma como as vulnerabilidades preexistentes dos imigrantes foram intensificadas, tornando-se uma violação central em um cenário onde a proteção de direitos deveria ser a prioridade.

3.3 Outras Violações de Direitos nos Abrigos

Importante considerar que além das questões relacionadas à xenofobia, os imigrantes tiveram outros direitos violados, juntamente com os demais abrigados. A gestão dos abrigos temporários em Porto Alegre expôs falhas profundas, revelando um cenário de violações sistemáticas. Relatórios e diretrizes internacionais apontam para uma negligência que se estende da infraestrutura básica à proteção de grupos vulnerabilizados.

Considerando que abrigos temporários mencionados neste estudo se referem a estruturas coletivas de acolhimento emergencial, implementadas em resposta a situações de deslocamento forçado decorrentes de desastres socioambientais. Esses espaços são organizados provisoriamente, com o objetivo de garantir proteção imediata, segurança e acesso a direitos básicos, como alimentação, saúde, higiene, acomodação, até que soluções mais duradouras possam ser asseguradas. Considerando o evento ocorrido, foram instalados em escolas, ginásios, centros comunitários ou instalações improvisadas, sob responsabilidade do poder público, com apoio da sociedade civil e de instituições humanitárias.

A “abrigagem coletiva”, nestes moldes, é prevista tanto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC – Decreto nº 10.593/2020) quanto em diretrizes internacionais de assistência humanitária. Esse tipo de abrigo deve respeitar as especificidades dos grupos sociais acolhidos, garantindo a não discriminação, a dignidade humana e a participação ativa das pessoas abrigadas na gestão do espaço. Em contextos como o da enchente no Rio Grande do Sul em 2024, tais estruturas tornaram-se essenciais diante do deslocamento forçado de milhares de pessoas,

exigindo uma abordagem que considere os diferentes marcadores sociais da diferença (como idade, gênero, etnia, deficiência e orientação sexual) para a garantia de um acolhimento efetivamente inclusivo e protetivo (BRASIL, 2020; ONU, 2022).

Sob essa ótica, a gestão dos abrigos temporários em Porto Alegre expôs falhas estruturais profundas e a fragilidade da resposta estatal frente à garantia dos direitos humanos em situações de desastre. A análise dos relatórios, combinada às diretrizes estabelecidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, revela um cenário de violações sistemáticas, que vão desde a negligência na infraestrutura básica até a ausência de medidas específicas para a proteção de grupos vulnerabilizados. A seguir, serão elencadas e discutidas as principais violações identificadas, com base nos documentos analisados, a fim de refletir sobre as omissões do poder público e a urgência de políticas efetivas que respeitem a dignidade humana e garantam proteção integral em contextos de calamidade.

- **Discriminação e Desrespeito à Identidade:** Foram registradas denúncias de discriminação contra povos indígenas, cujos modos de vida e necessidades culturais não foram observadas, ou mesmo, respeitadas nos espaços de acolhimento, comprometendo o direito à dignidade e à identidade. Populações LGBTQIA+ também relataram situações de violência e invisibilização, com destaque para pessoas trans [3]que enfrentaram o não reconhecimento de seus nomes sociais e barreiras no acesso a serviços públicos essenciais. Além disso, houve registros de assédio moral, violência física e psicológica dentro dos abrigos envolvendo esse grupo populacional. Situações essas que, violam o princípio da não discriminação (Art. 2º da DUDH) e o direito à igualdade e à identidade (ONU, 1948).

- **Violência de Gênero e Abusos Sexuais:** A falta de divisões adequadas entre homens e mulheres, bem como de banheiros separados para crianças, contribuiu para a ocorrência de episódios de violência de gênero e assédio sexual. A lotação, a falta de privacidade e a iluminação inadequada agravaram os riscos, expondo principalmente mulheres e meninas a situações de violência (AGIM, 2024; CIDH, 2025).

[3] são aquelas cuja identidade de gênero difere do sexo que lhes foi atribuído ao nascer.

- **Infraestrutura Inadequada e Dificuldade de Acesso:** Os abrigos apresentavam infraestrutura precária (locais destinados a outras atividades -escolas, ginásios, igrejas dentre outros), especialmente para idosos e pessoas com deficiência. A falta de colchões adequados, a ausência de rampas, corrimãos e banheiros adaptados dificultou a locomoção e o acesso básicos. Isso resultou em quedas, agravamento de condições de saúde e violação do direito à acessibilidade e à dignidade dessas populações, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e ao que está previsto no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003).
- **Insegurança Alimentar e Nutricional:** A escassez de alimentos frescos e a dependência de doações expuseram as famílias à vulnerabilidade nutricional. A alimentação doada, muitas vezes, não era submetida a uma avaliação rigorosa, e as necessidades de indivíduos alérgicos, intolerantes ou diabéticos não eram devidamente consideradas.
- **Impacto na Saúde Mental e Educação:** O trauma da enchente, a perda de lares e a incerteza sobre o futuro culminaram em severos impactos na saúde mental da população, manifestando-se em quadros de ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). No âmbito educacional, a transformação de escolas em abrigos temporários impactou significativamente o calendário letivo, comprometendo a descontinuidade da vida escolar e a saúde mental dos jovens (Agência Brasil, 2024).

4 Emergência e Equidade: Por que Precisamos de Abrigos com Recorte Interseccional?

A experiência dos abrigos em Porto Alegre demonstra a imperativa necessidade de repensar as políticas de acolhimento emergencial, com a adoção de medidas que garantam a proteção e a dignidade dos grupos mais vulneráveis. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2025) e outras agências

internacionais, como a ONU (2021) e o UNICEF (2024), preconizam diretrizes para o tratamento de pessoas deslocadas por desastres que não foram plenamente observadas.

A implementação de abrigos exclusivos, leia-se, para grupos específicos de pessoas e de políticas de acolhimento diferenciadas figura como uma solução necessária para combater a violência, a discriminação e garantir um ambiente de proteção em meio as fragilidades instaladas em situações de calamidade. Essa abordagem requer uma compreensão aprofundada das dinâmicas de poder e das vulnerabilidades de gênero, etárias e de condição física/mental, buscando uma resposta humanitária sensível aos direitos humanos. Neste sentido, a seguir, pensando em como estes espaços podem promover o respeito e a validação destas especificidades individuais e coletivas de certos grupos, a luz dos direitos humanos, apresento os benefícios de pensar abrigos temporários nestas configurações.

- **Abrigos Exclusivos para Mulheres e Crianças:** A criação de abrigos exclusivos para mulheres e crianças é um imperativo de proteção, dignidade e respeito aos direitos humanos. A separação de ambientes é decisiva para garantir a privacidade e prevenir abusos, em conformidade com as recomendações da ONU Mulheres e UNICEF. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal asseguram a proteção integral e prioritária desses grupos. **Acolhimento para Idosos:** A estruturação de abrigos deve incluir espaços acessíveis e adaptados, como rampas e corrimãos, e contar com equipes capacitadas para lidar com as demandas dessa população. A negligência na consideração dessas normas configura não apenas omissão administrativa, mas potencial violação de direitos humanos.
- **Acolhimento para Pessoas com Deficiência:** Em contextos de emergência, é imprescindível que esses espaços assegurem acessibilidade física, comunicacional e atitudinal (ONU, 1948; BRASIL, 2015). De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a acessibilidade é um direito fundamental. Abrigos devem contar com estruturas adaptadas, como rampas, corrimãos, sinalização tátil e sonora, banheiros

acessíveis, além de garantir rotas de fuga seguras. A LBI também determina, em seu artigo 3º, a adoção de “adaptações razoáveis”, isto é, ajustes necessários para garantir a dignidade e a autonomia das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015; ONU, 1948). É essencial que haja atendimento multidisciplinar com profissionais capacitados e oferta de recursos de apoio, como cadeiras de rodas, materiais em braille, intérpretes de Libras e informações acessíveis em múltiplos formatos (BRASIL, 2000; ABNT, 2015). Em suma, a resposta emergencial deve garantir respeito à dignidade, à autonomia e à plena participação das pessoas com deficiência, combatendo qualquer forma de exclusão ou discriminação (BRASIL, 2015).

- **Acolhimento para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais:** A resposta a desastres deve reconhecer os direitos específicos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, respeitando seus modos de vida, sua organização social e seus vínculos com o território. Em abrigos temporários, isso exige medidas que garantam o respeito às suas culturas, práticas alimentares, línguas e tradições espirituais (FUNAI, 2021). A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 231, reconhece os direitos originários dos povos indígenas A resposta a desastres deve reconhecer os direitos específicos dos povos indígenas, respeitando seus modos de vida e sua organização social, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988, PUC-SP, 2024).
- **Acolhimento para Pessoas LGBTQIA+:** Pessoas LGBTQIAPN+ frequentemente enfrentam riscos acentuados em contextos de calamidade, como a exclusão social, violência e discriminação institucional. Abrigos temporários devem ser espaços seguros, que reconheçam e respeitem a identidade de gênero, a orientação sexual e o nome social de cada pessoa (UNAIDS, 2020). A Constituição Federal, em seu Artigo 5º, garante a igualdade de todos perante a lei e veda qualquer forma de discriminação. Esse princípio se estende ao ambiente dos abrigos, que devem assegurar atendimento digno, sem preconceitos, para pessoas LGBTQIAPN+ (BRASIL, 1988). O Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, embora ainda em tramitação legislativa, já orienta boas práticas de acolhimento com base no

reconhecimento da dignidade e cidadania plena dessas populações (SENADO FEDERAL, 2021). Além disso, a Resolução nº 11/2014 do CNCD/LGBT e outras normativas nacionais reforçam a importância do uso do nome social, da segregação respeitosa por identidade de gênero, do acesso equitativo aos serviços e da proteção contra violências físicas, verbais e simbólicas (CNCD/LGBT, 2014). Deste modo, abrigos temporários devem ser espaços seguros que reconheçam e respeitem a identidade de gênero e o nome social de cada pessoa. A Constituição Federal garante a igualdade de todos perante a lei e veda qualquer forma de discriminação.

- **Acolhimento para Jovens:** é fundamental que os abrigos temporários considerem as necessidades específicas dos jovens em situação de calamidade, promovendo espaços que assegurem o desenvolvimento integral, o acesso à educação, ao lazer e à participação social. Tais dimensões estão previstas no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas de juventude, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos e protagonistas sociais (BRASIL, 2013). O abrigamento é um acolhimento, embora emergencial, deve garantir mais do que abrigo físico. O Artigo 37 do Estatuto da Juventude afirma o direito de todo jovem a viver em ambiente seguro e livre de qualquer forma de violência, assegurando a integridade física, psicológica e moral. Essa proteção deve se estender aos abrigos temporários, garantindo que jovens não sejam submetidos a negligência, exploração ou discriminação. Tais medidas são complementadas pelas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990; BRASIL, 1990; BRASIL, 2013). O não cumprimento dessas garantias representa não apenas uma omissão estatal, mas uma violação aos direitos fundamentais da juventude, especialmente daqueles que já enfrentavam múltiplas vulnerabilidades antes da situação de calamidade. O acolhimento de jovens, portanto, precisa ser orientado por princípios de equidade, protagonismo juvenil e justiça social.

A atuação em desastres exige planejamento prévio por meio de Planos de Contingência que contemplem a instalação e gestão dos abrigos temporários com

participação da gestão pública junto as comunidades afetadas (MDS; UNICEF, 2024). Pensando que, a adoção dessas sugestões, diretrizes e normativas não apenas garante a dignidade das pessoas nos abrigados, mas também fortalece a resposta humanitária, transformando os abrigos de meros locais de refúgio em espaços de proteção e reconstrução da vida (ACNUR, 2023). A experiência das enchentes de 2024 em Porto Alegre e a gestão dos abrigos temporários evidenciam desafios estruturais e, ao mesmo tempo, abrem oportunidades para aprimorar a resposta a futuras calamidades, com um foco renovado na prevenção e na garantia de direitos. Ao colocar a dignidade humana como eixo orientador da política de acolhimento emergencial, cria-se a oportunidade de romper com o ciclo de improvisação, tornando possível a construção de respostas mais justas, inclusivas e resilientes frente às emergências climáticas que, infelizmente, tendem a se intensificar nos próximos anos. A adoção dessas medidas transformaria a resposta a desastres de uma abordagem reativa para uma postura proativa, centrada na proteção e promoção dos direitos humanos, e mais eficaz na minimização dos impactos de eventos climáticos extremos (UNDRR, 2020).

5 CONCLUSÃO

As enchentes de 2024 revelaram a fragilidade estrutural do sistema público de acolhimento, com os espaços falhando em assegurar condições mínimas de dignidade e equidade. Os direitos das populações afetadas, especialmente as mais vulneráveis, foram violados, e a crise expôs e aprofundou desigualdades sociais historicamente construídas. Em particular, a situação de imigrantes e refugiados demonstrou uma dupla vulnerabilidade, agravada pelas falhas institucionais e pela ocorrência de xenofobia nos abrigos.

Este estudo, no entanto, lança luz sobre oportunidades de transformação. A crise demonstrou a necessidade de se adotar uma abordagem centrada nos direitos humanos, que integre planejamento prévio, investimento em infraestrutura e escuta ativa das populações afetadas.

A proteção da vida em contextos de desastre não pode ser dissociada da proteção da dignidade. O acolhimento emergencial deve ser compreendido como parte de uma política de enfrentamento das desigualdades sociais e ambientais. Garantir que os abrigos temporários sejam, de fato, espaços de cuidado e reconstrução é uma responsabilidade ética, jurídica e política do Estado. Sugere-se que novas pesquisas aprofundem o entendimento das experiências vividas pelos sujeitos afetados e que estudos comparativos com outras regiões contribuam para o fortalecimento de políticas públicas mais equitativas e resilientes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília: ANA, 2025. 57 p. ISBN 978-65-88101-73-5. Disponível em: https://www.gov.br/ana. Acesso em: 05 jul. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Relatório de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2025: impactos das mudanças climáticas e eventos hidrológicos extremos**. Brasília: ANA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/ana. Acesso em: 05 jul. 2025.

ASSESSORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (AGIM). **Monitoramento de abrigos eventos adversos 2024**. [S.l.]: AGIM, 29 abr. 2025. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNThhYTZmMGMtZDhkNy00OTEyLTkzNmEtYjU1NWIyMTZmNTVjIiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LThkYzAtNDBlOS1hMWU1LWNlY2IwNTNjZGQxYSJ9. Acesso em: 03 maio 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 709/DF**. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, 05 ago. 2020. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF709novembro2023.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos das pessoas em mobilidade humana**. Washington, DC: OEA-CIDH, 2022. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/2023/Informe_Movilidad_Humana.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais**. OEA, 2025. ISBN 978-0-8270-7984-7.

COPERNICUS. **Global Climate Highlights 2024: Copernicus Climate Change Service**. [S.l.]: European Centre for Medium-Range Weather Forecasts, 2025. Disponível em: https://climate.copernicus.eu. Acesso em: 05 jul. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras. Sentença de 29 de julho de 1988**. San José, Costa Rica: Corte IDH, 1988. Disponível em: https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/interamericano/2221caso.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

FARBER, Daniel A.; CARVALHO, Delton Winter de (orgs.). **Estudos aprofundados em direito dos desastres: interfaces comparadas**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 23–49.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Cartilha de acolhimento aos povos indígenas em situação de emergência**. Brasília: FUNAI, 2021.

INEE – Inter-Agency Network for Education in Emergencies. **Minimum standards for education in emergencies, chronic crises and early reconstruction**. New York: INEE, 2000.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. In: PÖRTNER, H.-O. et al. (ed.). **Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 3056 p. DOI: 10.1017/9781009325844.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Definição de vulnerabilidade**. Genebra: OMS, 2022.

PARLAMÉRICAS. **Protocolo Parlamentar para a Redução de Riscos de Desastres e Mudanças Climáticas**. Ottawa: ParlAmericas, 2021. Disponível em: https://parlamericas.org/uploads/documents/Protocol_Disaster_Risk_Reduction_PT.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.

PORTO ALEGRE (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional; Divisão de Vigilância em Saúde; Departamento de Esporte, Saúde e Meio Ambiente; Ministério da Saúde. **VIGIDESASTRES-CAPITAL PORTO ALEGRE-RS: Boletim Informativo nº 1 – maio/2025, ano base: 2024**. Porto Alegre, maio 2025. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/sms/vigilancia-em-saude/Info%20Vigi%202024.pdf. Acesso em: 03 maio 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil 2017**. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: https://www.each.usp.br/gepaf/wp-content/uploads/2017/10/PNUD_RNDH_completo.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) de Porto Alegre como ferramenta para gestão de situações emergenciais e tomadas de decisão**. Porto Alegre: UFRGS, 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jornal/o-plano-municipal-de-reducao-de-riscos-pmrr-de-porto-alegre-como-ferramenta-para-gestao-de-situacoes-emergenciais-e-tomadas-de-decisao/. Acesso em: 01 jun. 2025.

UNAIDS. **Diretrizes sobre HIV e direitos humanos para pessoas LGBT em situações de emergência**. Genebra: ONU, 2020.

UNDRR – United Nations Office for Disaster Risk Reduction. **Global Assessment Report 2025: Resilience Pays: Financing and Investing for our future**. Genebra: UNDRR, 2025. Disponível em: https://www.undrr.org/gar. Acesso em: 01 jul. 2025.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Carta internacional da educação física, da atividade física e do esporte**. Paris: UNESCO, 1978.